



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

HELOÍSA HELENA BEZERRA DE ARAÚJO

A universidade nas representações sociais de professores

Maceió
2024

HELOÍSA HELENA BEZERRA DE ARAÚJO

A universidade nas representações sociais de professores

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Mônica Patrícia da Silva Sales

Maceió
2024

HELOÍSA HELENA BEZERRA DE ARAÚJO

A universidade nas representações sociais de professores

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Artigo Científico defendido e aprovado em ____ / ____ / ____.

Orientador:

BANCA EXAMINADORA

Examinador(a) 1

Examinador(a) 2

Examinador(a) 3

Maceió
2024

A universidade nas representações sociais de professores

Heloísa Helena Bezerra de Araújo (UFAL)
heloisa.araujo@cedu.ufal.br

Mônica Patrícia da Silva Sales
monica.sales@cedu.ufal.br

RESUMO:

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa realizada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do curso de Pedagogia, referente ao período de 2020-2021. O estudo teve três objetivos principais: (1) entender as percepções dos docentes sobre a universidade, (2) identificar núcleo central e periferia das representações sociais da universidade compartilhadas pelos professores e (3) analisar como os elementos da prática pedagógica influenciam essas representações. A hipótese central é que as percepções sobre a universidade são resultadas de uma construção histórica e contingente, que pode ser compreendida através da análise das representações sociais em construção. A pesquisa baseia-se na teoria de Moscovici (1961) e em estudos sobre o significado da universidade, incorporando a abordagem estrutural de Jean-Claude Abric (2000) e influências de Jodelet (2005) e Sá (1995). Foram entrevistados 26 docentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas. Utilizou-se a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) para a coleta de dados, que foram inseridos em um questionário online via Google Forms, permitindo uma análise qualitativa das respostas. Os resultados mostram que o núcleo central das representações sociais da universidade destaca seu papel social e formativo, enquanto a periferia reforça essas percepções, evidenciando a função formativa e social desta instituição, ou seja, a RP de universidade está objetivada na função formativa e ancora seus elementos na função social e política da universidade. Sugerimos a realização de estudos mais abrangentes e profundos, com a participação de mais sujeitos para explorar aspectos menos abordados das representações sociais da universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Professores. Representações Sociais.

1 INTRODUÇÃO

Durante vários séculos as Universidades passaram por diversas mudanças que impactaram diretamente sua estrutura, conteúdos e dinâmicas de funcionamento; portanto as recentes transformações que atravessam a instituição não são nenhuma novidade. O ritmo frenético de mudança constante alterou não apenas a formação e estrutura das Universidades, mas transformou também, ao longo dos anos, os sentidos que os indivíduos atribuem a ela.

Os anos 2000 ficou marcado na história das Universidades e na educação superior, pois o contexto histórico e político da época ofertou: 1) a expansão e interiorização das universidades públicas brasileiras, 2) políticas de financiamento como forma de estímulo e aperfeiçoamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e 3) a criação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI - 2006) e dos programas de cotas. Todas essas transformações contribuíram para que as universidades públicas brasileiras tivessem um aumento significativo no número de matrículas.

A academia, tradicionalmente vista como um espaço de aprimoramento pessoal e intelectual restrito a uma elite, passou a integrar o âmbito do bem econômico e beneficiar a comunidade como forma de retorno aos investimentos ali aplicados. Além disso, também modificou a ideia de ser um espaço privilegiado para poucos e transformou-se num espaço que pudesse comportar o maior número de cidadãos possível. A cerca disso, Zabalza (2004) discute sobre as diversas mudanças que ocorreram na educação superior e pondera:

De um bem cultural, a universidade passou a ser um bem econômico. De lugar reservado a uns poucos privilegiados, tornou-se um lugar destinado ao maior número possível de cidadãos. De um bem diferenciado ao aprimoramento de indivíduos, tornou-se um bem cujo beneficiário é o conjunto da sociedade [...]. De instituição com uma “missão” que ultrapassa os compromissos terrenos imediatos, tornou-se uma instituição para a qual se encomenda um “serviço” que deve resultar na melhor preparação e competitividade da força do trabalho da sociedade à qual pertence. De instituição conduzida por acadêmicos que definiam sua orientação e administravam seu desenvolvimento, tornou-se mais um espaço em que se destacam as prioridades e as decisões políticas. (Zabalza, 2004, p. 25)

Esta análise, embora tenha sido pensada no contexto universitário espanhol, assemelha-se diretamente com o atual cenário brasileiro e fomenta a necessidade de uma profunda reflexão sobre as mudanças que vêm ocorrendo na educação superior e na visão que os indivíduos que a compõem têm sobre ela. Sobretudo no contexto político contemporâneo em que o negacionismo da ciência, o conservadorismo e os ataques diretos a Universidade são marca registrada de governos neoliberais e ultradireitistas.

Recorrendo à Barnnet (1994) como referência, Zabalza faz uma análise das modificações sobre a concepção e sobre o papel social das instituições de ensino superior, para ele a principal mudança está na relação entre sociedade e Universidade, isso porque antes estes espaços de ensino eram um ambiente “a parte” da sociedade. Ainda que as duas convivessem num mesmo território o âmbito do ensino superior gozava de um alto grau de autonomia e autogestão, diferentemente da atual realidade na qual a sociedade está cobrando e buscando uma participação ativa dentro dela.

Com a crescente ênfase na aplicação prática do conhecimento, as universidades passaram a ser vistas não apenas como centros de desenvolvimento individual, mas como instituições cujo valor é medido também pelo retorno que proporcionam à comunidade e aos investimentos que recebem. Esta mudança de cenário reflete uma alteração em que as universidades não são mais exclusivas, mas sim acessíveis a um público mais amplo, promovendo a inclusão e o acesso ao conhecimento. Em consequência, elas se transformaram em catalisadores para o desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a prosperidade coletiva e para a redução das desigualdades, ao mesmo tempo que alinham suas atividades e pesquisas com as necessidades e demandas da sociedade. Assim, a academia se redefine como um elemento crucial na promoção do progresso social e econômico, expandindo seu impacto além dos muros acadêmicos e influenciando diretamente a melhoria das condições de vida e do desenvolvimento das comunidades.

Este contexto de mudanças reflete significativamente na vida daqueles que compõem a educação superior. Assim, nos interessa entender quais são as representações sociais acerca de Universidade construídas pelos docentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas.

O suporte teórico deste estudo baseia-se na Teoria das Representações Sociais (TRS), desenvolvida por Serge Moscovici (1961) que se caracteriza como uma abordagem psicossocial que examina como os indivíduos e grupos constroem, compartilham e utilizam conhecimentos e significados para entender e interagir com o mundo social. De acordo com Moscovici (2009) a TRS destaca-se por ser uma teoria de fatores reais, com poder averiguador para compreensão dos processos sociocognitivos e dos comportamentos sociais dos sujeitos.

O suporte teórico trata ainda de um desdobramento da TRS, a Abordagem Estrutural, concebida por Jean-Claude Abric (2000), que se concentra na análise da organização interna das representações sociais, oferecendo uma maneira detalhada de entender como as RS são estruturadas e como suas diferentes partes se relacionam. De acordo com Abric, esta abordagem proporciona uma análise dos conteúdos das representações e de sua estrutura interna, que se dividem em duas: núcleo central e periferia, sendo a primeira um sistema de caráter consensual e inflexível e o segundo possui um caráter individualizado e moldável.

Com base na Teoria das Representações Sociais (TRS), entendemos que o ser humano é em sua essência um ser de relações, cuja ações e comportamentos estão enraizados em uma busca incessante por significados. A TRS sugere que as pessoas constroem e interpretam a realidade através de um complexo sistema de representações sociais, que são os conjuntos de significados compartilhados e construídos coletivamente dentro de um grupo social. Assim, cada ação humana não ocorre em um vácuo, mas é fundamentada na interatividade e na troca de significados entre indivíduos.

A RS compõe uma forma de conhecimento advinda do cotidiano dos sujeitos. É o conhecimento ligado ao senso comum - ou universo consensual, como salienta Moscovici - em que os indivíduos refletem e agem sobre a realidade em que estão inseridos. Dessa maneira, a formação das representações se dá através das relações sociais vivenciadas diariamente pelos indivíduos. À vista disso, a TRS permite analisar como os sujeitos, através de suas relações sociais cotidianas, entendem e constroem conceitos e imagens de determinado objeto.

Sá (1996) sugere que a função das representações sociais é guiar as práticas e relações sociais, os comportamentos e atitudes dos sujeitos. O autor ainda ressalta que a função identitária também faz parte das representações sociais, haja vista que os sujeitos se encontram em seus grupos de pertença. Além disso, as representações possuem uma função justificatória, para explicar e justificar as condutas e tomadas de decisão, logo é de extrema importância considerar a condição de produção e quem produziu determinada representação.

Além da TRS, utilizamos como instrumento de análise a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP). A TALP faz parte das chamadas técnicas projetivas, e orienta-se pela tese de que a organização psicológica do indivíduo se

manifesta por meio de suas ações, condutas, evocações, escolhas. Ainda que a técnica tenha surgido no âmbito clínico, no início do século XX, foi somente nos anos 80 que começou a ser utilizado no cenário de pesquisas da Psicologia Social, com destaque nos estudos das representações sociais (Bú; Coutinho, 2017). A técnica revela não apenas como os indivíduos relacionam palavras entre si, mas também pode fornecer uma visão sobre as influências culturais e pessoais na construção de significados.

Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo estudar, pesquisar e produzir conhecimento sobre a TRS, compreender os sentidos atribuídos à Universidade por professores universitários, identificar o núcleo central e a estrutura das representações sociais de Universidade compartilhadas por professores e analisar os elementos da prática pedagógica que influenciam na construção destas representações. Para tal, a base dos tópicos das nossas discussões reúne a visão de Serge Moscovici, Jean-Claude Abric, Celso Pereira de Sá, Denise Jodelet e outros pesquisadores de suma importância na psicologia, sociologia e pedagogia.

2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de representação social foi elaborado por Serge Moscovici em 1961, por meio de um estudo no âmbito da psicanálise e tem como referências a psicologia e a sociologia. Sua teoria marcou o rompimento da corrente psicológica cognitivista advinda do Estados Unidos e defendia a junção do estudo do campo individual com o social, de maneira que todos os campos fossem compreendidos. A TRS busca compreender como os indivíduos e grupos criam, compartilham e utilizam significados sobre o mundo ao seu redor, explorando como as ideias, crenças e percepções sociais são formadas e disseminadas dentro de uma sociedade, e como elas moldam e são moldadas pelas interações sociais.

A teoria de Moscovici sugere a noção de que as representações sociais são construções cognitivas que ajudam os indivíduos a compreenderem e dar sentido ao seu ambiente social e cultural. A origem da teoria advém do pensamento de representação coletiva elaborado por Émile Durkheim (1898), que partia do âmbito

da sociologia e entendia que os grupos não poderiam decidir sozinhos as representações.

Uma representação social é, essencialmente, um conjunto de ideias e pensamentos que nos permite evocar algo (uma pessoa, um objeto, um acontecimento); tais representações são resultado de interações sociais em determinados contextos. Dentro de uma sociedade, as representações que se formam são extremamente importantes, porque influenciam e sustentam práticas de um determinado grupo social, dado que refletem justamente em seus comportamentos e atitudes.

A TRS traduz que são as formas de conhecimento coletivas que ajudam a interpretar a realidade. Elas são produzidas e compartilhadas socialmente e têm um caráter híbrido, misturando o conhecimento científico com a sabedoria popular. A teoria trás uma lente poderosa sobre o senso comum, pois busca dar sentido a todas as atitudes, pensamentos e falas das pessoas. Para Moscovici, o universo do saber comum precisa ser consolidado, pois traz nosso modo de ser, de agir e de pensar pontualmente por que se apropria do científico para torná-lo comum. Não há possibilidade de se considerar apenas e somente o universo científico como verdadeiro, nem tão pouco o saber comum como verdade absoluta. Os dois são codependentes e andam lado a lado.

2.1 Universo consensual e universo reificado

Moscovici ao elaborar a teoria das representações sociais formou um sistema de pensamentos e o dividiu em duas classes de universos divergentes: o universo consensual e o universo reificado. Na TRS os conceitos de universo consensual e universo reificado são fundamentais para entender como as representações sociais se formam, se consolidam e influenciam a percepção e o comportamento dos indivíduos em uma sociedade. Estes conceitos ilustram diferentes maneiras pelas quais as representações sociais são vivenciadas e operacionalizadas.

O primeiro universo, o consensual, refere-se a atividades relacionadas ao senso comum e a elaboração da construção do real a partir do meio onde os sujeitos vivem, de maneira que se explique, por meio de suas teorias, sem necessariamente ser um especialista ou pesquisador do assunto. O universo consensual é um

conjunto de representações sociais compartilhadas por um grupo que se estabelece e se mantém através da interação social e da comunicação. É justamente neste universo que as representações sociais aparecem.

Já o universo reificado, refere-se ao processo pelo qual as representações sociais são transformadas em estruturas mais rígidas e formalizadas. Os saberes e conhecimentos científicos se manifestam através da objetividade, da ciência e do percurso metodológico. Todavia, tanto um quanto outro não se opõem, pelo contrário eles se relacionam, para que possam dar forma a realidade.

Assim, as interações sociais proporcionam interpretações a respeito das vivências dos sujeitos, de maneira que as tornem comuns a um grupo social. A partir disto, o universo reificado é moldado a um determinado contexto social, ganhando um novo aspecto, com significação própria. Sobre isto, Moscovici (2001, p.17) relata: “a representação toma o lugar da ciência e, por outro, a constitui (ou reconstitui) a partir das relações sociais envolvidas”. Desse modo, a ciência passa a fazer parte do universo consensual dos indivíduos e integra-se a sua própria cultura; o reificado é transformado em consensual.

Oliveira e Werba (2001) discorrem sobre os dois universos, ao declarar que o universo reificado está ligado a mundos restritos, no qual as ciências e o conhecimento teórico circulam. As autoras ainda reconhecem que neste universo há um sistema de diferentes papéis desempenhados na sociedade, no qual os participantes são desiguais. Já no universo consensual, se encontram as teorias do senso comum; é nele que as práticas do cotidiano, o conhecimento prático e a elaboração de representações sociais se encontram. Neste sentido, os sujeitos são vistos na sociedade como iguais, onde cada um pode falar em nome do grupo.

Os dois universos são interdependentes e interagem de maneira dinâmica. As representações sociais começam no universo consensual, onde são construídas e negociadas socialmente. Com o tempo, algumas dessas representações podem se reificar, através de um conhecimento mais aprofundado e científico, adquirindo uma forma mais rígida e institucionalizada. No entanto, mesmo as representações reificadas podem voltar a ser questionadas e revisadas no contexto do universo consensual, refletindo a natureza contínua e fluida das representações sociais na sociedade.

2.2 Objetivação e ancoragem

Conforme Moscovici (2009), toda e qualquer representação tem como princípio a familiarização do desconhecido. Para tal, dois mecanismos de natureza psicológica e social se desenvolvem: o da objetivação e o da ancoragem, o que segundo Mazzoti (1994, p.63) serve para “destacar uma figura e, ao mesmo tempo, carregá-la de um sentido, inscrever o objeto em nosso universo”. Estes dois processos acontecem na construção das representações e são inseparáveis e articulados.

A objetivação é um processo fundamental nas RS e refere-se à transformação de conceitos abstratos, ou seja, o desconhecido, em formas concretas e tangíveis, materializando as ideias e as transformando em objetivas, facilitando assim a compreensão e a comunicação de ideias. Isto significa dizer que a objetivação conecta as ideias, até então, não familiarizadas e desconhecidas e as torna parte integrante da realidade do grupo. Este processo permite trazer aquilo que era, até então, desconhecido, para o universo do conhecido (Moscovici, 2009).

De acordo com Jodelet (2001), o processo de objetivação acontece em três diferentes fases, sendo elas: a) construção seletiva, que reflete à apropriação do conhecimento, a partir das experiências e conhecimentos que determinado grupo já possui; b) esquematização estruturante, que refere-se a formação de um núcleo figurativo, onde o sujeito se beneficia das informações e dados que já tem para que se compreenda o novo; e finalmente, c) a naturalização que relaciona-se a concretização daquilo que era até então abstrato, tornando-se quase palpável. A partir disto, o conceito está enraizado e passa a ser considerado parte integrante do universo consensual.

O segundo processo da teoria de Moscovici trata da ancoragem e é relativo à classificação e nomeação a certo objeto; ou seja, é o momento no qual a ideia é trazida para o contexto do conhecido. Nessa situação nomeia-se aquilo que antes não tinha nome, de maneira que se possa imaginá-lo e representá-lo. Desse modo, a ancoragem é o mecanismo pelo qual novas informações e conceitos são integrados e interpretados com base em representações sociais já existentes. Esse processo permite que novas ideias sejam assimiladas e compreendidas dentro do contexto do conhecimento e das crenças previamente estabelecidas.

Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. De fato, a representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes. (Moscovici, 2003, p. 62)

Entende-se assim, que processo de ancoragem é também o processo de familiarização daquilo que é novo, para que se torne um conhecimento capaz de influenciar outros sujeitos, indicando uma verdade para certo grupo.

Segundo Jovchelovitch (2003), é importante entender que esse processo envolve um juízo de valor, pois envolve valores sociais. Para Jodelet (2005) quando nós proferimos um pensamento, estamos automaticamente expondo quem somos:

[...] cada vez que exprimimos uma ideia, uma concepção, uma adesão, dizemos algo de nós mesmos. Aderir a uma representação é particular de um grupo, de uma ligação social, mas também expressa algo de sua identidade que pode ter um efeito sobre a construção do objeto. (Jodelet, 2005, p.315)

Outrossim, vale salientar que os dois processos, tanto ancoragem quanto objetivação, não podem ocorrer em momentos distintos. Os dois se desenvolvem simultaneamente, conversam entre si para que então deem origem à representação social. A objetivação é a imagem que acompanha a ancoragem, que por sua vez é o conceito. Nessa perspectiva, Moscovici alude:

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro; está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (Moscovici, 2003, p. 78)

Deste modo, podemos considerar que as respostas evocadas pelos docentes sobre o que é universidade podem apontar formas de objetivação e mostrar sobre quais categorias e saberes elas estão ancoradas. As representações sociais conduzem as práticas dos indivíduos, portanto é importante conhecer tais

representações dos docentes neste estudo, pois dessa maneira poderemos compreender as ações e os comportamentos de tais sujeitos.

2.3 Núcleo central e periferia das representações sociais

A Teoria do Núcleo Central (TNC), também conhecida como Abordagem Estrutural, desenvolvida por Jean Claude Abric em 1976, traz um novo entendimento sobre a teoria das representações sociais. Segundo Abric, toda e qualquer representação social está organizada à volta de um núcleo central e um sistema de periferias. É importante destacar que o conceito de Abric não pretende substituir a teoria de Moscovici, pelo contrário, busca contribuir com o seu avanço e disseminação na prática social e na pesquisa, trata-se de um dos muitos desdobramentos teóricos da teoria moscoviciana.

A Teoria do Núcleo Central entende as representações sociais como um sistema organizado e estruturado composto por diversas informações, e se organizam em torno de um núcleo central e de um periférico. O núcleo central é composto pelos elementos mais estáveis e centrais de uma RS, enquanto o periférico é constituído por elementos mais flexíveis e secundários. Essa estrutura hierárquica permite que a RS mantenha uma coesão e uma continuidade, ao mesmo tempo em que permite alguma adaptação e flexibilidade.

A abordagem estrutural reconhece que toda RS está organizada em torno de um núcleo central, que define sua significação e sua organização interna. Há ainda outros componentes nas representações, estes são chamados de elementos periféricos e consistem na parte operatória da representação. Abric (1994, *apud* Sá, 2002) esclarece que “toda representação está organizada em torno do núcleo central, que determina, ao mesmo tempo, sua significação e sua organização interna. O núcleo central é um subconjunto da representação”.

O núcleo central exibe duas funções essenciais, sendo elas: 1) função geradora, que se refere à criação ou transformação do significado dos componentes da representação; e 2) função organizadora, a qual define a união entre os elementos da representação. Desse modo, entende-se que o núcleo central confere significado à representação e é ele o responsável pela união e consolidação dos elementos periféricos, que se organizam em torno da representação.

O núcleo é formado pelos componentes mais estáveis e permanentes da representação social, ou seja, embora as representações sejam móveis e fluidas, uma vez que são ajustadas ao contexto em que estão inseridas, o núcleo assegura a continuidade nestes contextos de mudanças. Toda e qualquer modificação no núcleo central acarreta numa transformação integral da representação.

O sistema central encarrega-se de gerar um significado para representação e assim, determinar sua organização. A representação social mantém um núcleo central mais resistente às mudanças, pois é ela que, ligada à história do sujeito ou grupo certifica a significação, a consistência e a permanência da representação (Abric, 2000, p.31).

O sistema periférico é móvel e sensível ao contexto imediato, se organizam em torno do sistema central e pode-se dizer que é o responsável pela manutenção e atualização da representação. É na periferia que as contradições da representação podem aparecer e serão toleradas (Abric, 1998).

Constata-se, portanto, que uma representação se caracteriza por ser tanto sólida quanto móvel, tão consistente quanto flexível, caracterizando assim, dois sistemas presentes nas representações sociais, o central e o periférico. O primeiro define a disposição e gera o significado de uma representação, ao passo que a periferia se define como a moldagem à realidade concreta.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo baseia-se num estudo de natureza qualitativa, abordagem que prima pela necessidade de aprofundar-se no universo conceitual dos sujeitos, de maneira que haja uma aproximação direta entre pesquisador e objeto de estudo. De acordo com Chizzotti (2001, p.79), um estudo de natureza qualitativa “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. O pensamento qualitativo é favorável principalmente para os estudos em RS, pois reconhecem o processo interativo entre sujeito e objeto.

Este estudo importou ao PIBIC e compõe uma pesquisa mais ampla. Nosso aporte teórico apoiou-se, principalmente, na Teoria das Representações Sociais,

mais especificamente na abordagem estrutural proposta por Abric (2000). O objeto de estudo foi a Universidade e para o desenvolvimento de tal, nomeamos o cenário da pesquisa o Centro de Educação, da Universidade Federal de Alagoas. A escolha deste campo empírico como fonte de investigação se deu primeiramente pela aproximação que temos com o lugar, pois a instituição é o espaço de nossa formação e foi nela que tivemos o primeiro contato com a TRS, despertando nosso interesse na investigação do objeto em pauta. Foi também neste espaço que nos deparamos com diferentes grupos, que correspondiam ou não as representações que tínhamos intrínsecas em nós.

A escolha pelos professores como participantes desta pesquisa se deu através da necessidade de compreender a representação docente do que é Universidade, e como está se torna um objeto de reflexão e debate, uma vez que seu impacto não está apenas na formação acadêmica dos discentes, como também no desenvolvimento social e profissional destes sujeitos. Buscamos entender como os professores articulam os conhecimentos do senso comum sobre Universidade, com os adquiridos na instituição durante sua atuação profissional. Entendemos que a representação que os docentes elaboram sobre universidade tem implicações diretas na maneira como eles se posicionam e se relacionam com seus pares e com seus alunos.

O estudo envolveu vinte e seis docentes, sendo dois mestres e vinte quatro doutores, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Para a seleção do grupo de docentes que participaram do estudo, foram utilizados dois critérios, sendo eles: 1) disponibilidade de interesse em participar da pesquisa; e 2) ser professor efetivo do curso de Pedagogia da UFAL.

O instrumento de pesquisa utilizado para coleta de dados foi a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), que se caracteriza pelo caráter espontâneo, o que reduz as dificuldades e os limites das expressões discursivas, uma vez que, geralmente em entrevistas dessa natureza os sujeitos tendem a mascarar elementos de seu discurso (Oliveira et.al, 2005). Além disso, buscamos também coletar dados sobre o perfil dos participantes através de um questionário online, no qual buscamos investigar alguns pontos considerados importantes nas evocações.

Inicialmente a coleta de dados se daria da seguinte maneira: os participantes responderiam a um questionário para que fosse possível descrever o perfil dos

sujeitos juntamente com a técnica de associação livre de palavras, além disso o software EVOC, elaborado por Pierre Vergès (2002), contabilizaria os dados. Todavia, devido ao baixo número de participantes na pesquisa, o software não pode ser utilizado. Em razão da pandemia do vírus COVID-19, à época, algumas alterações foram necessárias, que serão discutidas a seguir.

A coleta de dados deveria ter sido realizada em março de 2020 presencialmente, porém devido ao isolamento social foi iniciada no dia 6 de junho de 2020 e finalizada no dia 26 de julho. A coleta de dados foi realizada através de um questionário online, disponibilizado pelo *Google Forms*, com perguntas que incluíam o perfil dos participantes: gênero, faixa etária, raça, titulação, categoria funcional, regime de trabalho, tempo de exercício e atividades que desenvolve na Universidade. A divulgação dos formulários foi feita através das redes sociais, *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*.

Num segundo momento, os sujeitos da pesquisa deveriam escrever cinco palavras que completariam a frase “Universidade é...”. Ainda no questionário, foi solicitado que os participantes escolhessem, entre as palavras que haviam sido listadas, uma que considerasse mais importante e que justificasse sua resposta.

O uso da TALP deixa o indivíduo mais solto para se expressar e expressar os conteúdos existentes em sua representação. A técnica leva o sujeito a evocar palavras ou expressões por intermédio de um estímulo gerador. No nosso caso, a técnica integrou as respostas dos docentes ao seguinte estímulo: “Universidade é”. Em seguida, foi solicitado que o participante elegeesse, dentre as cinco palavras evocadas, a que julgasse a mais importante e que justificasse a importância da palavra escolhida. Segundo Sá (1998) e Oliveira et.al (2005), essa hierarquização acarreta numa racionalização e um trabalho cognitivo que permite que acessemos a representação tida por aquele sujeito.

Os dados dos formulários foram analisados, computados e transcritos para um arquivo no Excel; as respostas foram consideradas em termos de frequência e hierarquização e ao serem analisadas indicaram os sistemas do núcleo central e periférico acerca do que é universidade para os docentes, além de nos possibilitar uma visão de objetivação e de ancoragem na percepção dos professores.

As respostas aos formulários foram tratadas pela análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977). A análise de conteúdo expõe duas funções que se

completam: a tentativa exploratória que expande a descoberta de conteúdos aparentes e a confirmação das hipóteses. Sendo assim, a análise do discurso modifica os dados brutos do discurso para que haja uma representação de conteúdo. As respostas e evocações dadas nos questionários derivadas da TALP, bem como a análise do conteúdo das respostas, nos permitiu entender as representações, o que nos concebeu mais segurança para concluir o consenso de grupo, no que se refere às representações sociais de universidade construídas e compartilhadas pelos docentes.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dos 26 docentes participantes da pesquisa, a maioria é do sexo feminino, apenas 7 eram do sexo masculino. A faixa etária entre os sujeitos predominantes varia entre 24 e 45 anos, 45 e 65 anos e mais de 65 anos. Já entre os homens, a faixa etária predominante é de 45 a 65 anos, somente um sujeito tem menos de 25 anos. Quanto à raça, 13 sujeitos se autodeclararam negro ou pardo e os outros 13 declararam-se brancos. Há 2 mestres e 24 doutores, sendo que os sujeitos que têm o mestrado são do sexo masculino, enquanto todas as mulheres participantes da pesquisa têm doutorado. Quanto ao quadro de funcionários, todos são efetivos. A respeito da carga horária, 2 pessoas do sexo feminino trabalham 40 horas; 1 pessoa, também do sexo feminino, trabalha 20 horas e os outros 23 participantes têm dedicação exclusiva. E sobre as atividades desenvolvidas na instituição 4 sujeitos desempenham o ensino e a pesquisa; 2 desempenham o ensino e a gestão; 1 desempenha o ensino e a pesquisa; todos os outros 18 participantes desempenham o ensino, a pesquisa e a extensão.

O resultado da associação livre foi um agrupamento com 117 palavras, frente a questão “Universidade é...”. Observou-se que a palavra “conhecimento” apareceu com o maior número de evocações, 11 vezes, enquanto, 38 palavras foram evocadas somente uma vez. Realizamos um reagrupamento de 12 (doze) palavras, que se dividem em núcleo central e periferia.

No quadro a seguir distribuimos as palavras evocadas em dois quadrantes, nos permitindo assim visualizar um possível núcleo central e os elementos periféricos da representação social de Universidade. A tabela foi dividida da seguinte maneira: no

quadrante esquerdo localizamos as palavras que formam o provável núcleo central da representação e no quadrante à direita posicionamos os prováveis elementos da periferia.

Quadro 1 - Dados referentes às palavras evocadas pelos professores no núcleo central e à frequência de sua ocorrência.

Palavra evocada	Frequência
Conhecimento	11
Formação	7
Ensino	6
Pesquisa	6
Trabalho	6
Social	5

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quadro 2 - Dados referentes às palavras evocadas pelos professores na periferia e à frequência de sua ocorrência.

Palavra evocada	Frequência
Crescimento	4
Aprendizagem	4
Ciência	4
Compromisso	4
Extensão	3
Diversidade	3

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No primeiro quadro encontram-se as palavras mais evocadas pelos professores, categorizadas em ordem de maior frequência de sua ocorrência. Estas palavras constituem um possível núcleo central das RS de Universidade para os docentes. Já o segundo quadro refere-se ao sistema periférico mais próximo dessa representação, ou seja, são palavras que não foram tão evocadas, mas que ainda assim estão próximas, estão à volta do núcleo central. Pode-se dizer que os elementos apontados na tabela fortalecem o núcleo central. É importante lembrar que, conforme a teoria de Abric (2000), os elementos periféricos podem já ter feito

parte do núcleo central, ou muito provavelmente irão pertencer a ele num futuro próximo.

Há, portanto, uma representação compartilhada pelos professores do que é Universidade, ainda que haja uma certa dispersão ou que as palavras sejam poucas, há elementos consensuais e compartilhados. O sistema periférico protege, assim, a representação da Universidade.

Ao analisarmos a tabela e seu possível núcleo central, podemos localizar as palavras “conhecimento”, “formação”, “ensino”, “pesquisa”, “trabalho” e “social”. Estas palavras foram as mais evocadas e apontadas pelos professores como as mais importantes. Podemos dizer, portanto, que o discurso que circula entre os docentes sobre o que é Universidade possui um sentido ligado a função social e formativa da Universidade. Isto pode ser visto nestas falas do protocolo 4 e protocolo 16:

Conhecimento: “A universidade é o espaço para criação e difusão do conhecimento em benefício da sociedade considerada de maneira plural, democrática”. (P4 – Professor)

Formação: “Considero “formação” a palavra mais importante, pois no meu entendimento o papel precípua da universidade é contribuir para o processo de elevação da formação humana, na perspectiva de avanço de um processo civilizatório baseado no respeito à dignidade humana e na superação de todas as formas de opressão de classe, de gênero, de raça e etnia”. (P16 - Professora)

Os relatos acima reforçam o que foi visto através do núcleo central das palavras evocadas sobre Universidade. Para estes sujeitos a Universidade tem uma função social e é papel dela formar a criticidade nos sujeitos que a compõem. É importante observar que a representação social dos professores está ancorada em suas experiências e em seu entendimento sobre a atividade formativa da instituição.

Diante disto, observa-se a importância e a necessidade dos três pilares educacionais: ensino, pesquisa e extensão. A Constituição Federal de 1988, no artigo 207 prevê que “as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Este trecho refere-se aos três eixos que devem ser desenvolvidos na mesma proporção dentro das instituições.

Na hierarquização das palavras, o ensino foi apontado pelo protocolo 1 como mais importante, pois “a partir deste se produz pesquisa e extensão” (P1 - Professor). É importante lembrar que até vinte anos atrás o professor era visto como mero transmissor de conhecimento, apesar disso, conforme algumas mudanças foram sendo vistas na educação, sobretudo, no cenário universitário, à docência também acompanhou estas mudanças e transformou o professor em sujeito facilitador de aprendizagem. Percebe-se, por exemplo, que os professores entendem que o ensino não se constitui como mera transmissão de conhecimentos, mas envolve também a pesquisa.

Silva (2000) ressalta que as ligações entre ensino, pesquisa e extensão advêm dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel desempenhado pela Universidade ao longo de sua história. Andrade e Moita (2009) observam que, ao longo de quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, a legislação educacional gradualmente registrou o esforço para transformar “o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às Universidades” (Andrade; Moita, 2009, p. 270).

A palavra “pesquisa” foi evocada 6 vezes pelos docentes. A pesquisa científica, em suma, traduz um ato experimental, de caráter investigatório, orientado e organizado por um método que têm como objetivo a produção ou reconstrução do conhecimento. Segundo os protocolos 10 e 18 desta pesquisa:

“Pesquisar, pelo fato da mesma ajudar no desenvolvimento de novos conhecimentos para construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.” (P10 - Professor)

“Pesquisa. Seguimento que revela as descobertas, assim como rebusca com a história novos conceitos em prol da humanidade.” (P18 - Professora)

Tanto a professora 18, quanto o professor 10 enxergam a pesquisa como forma de construção de conhecimento para a sociedade. A pesquisa é um desempenho intelectual capaz de consolidar o saber em sua renovação e descoberta e vai além de resultados e não deve se basear apenas na produção, mas também na construção, pois caracteriza-se por seu questionamento crítico diante da realidade e faz parte de todo processo educacional.

As palavras “trabalho” e “social” fazem parte do núcleo central das representações dos professores, ou seja, foram evocadas mais vezes, todavia não foram hierarquizadas como mais importantes e nem justificadas. Ainda assim, percebe-se que as duas estão ligadas aos elementos normativos da Universidade que buscam algum retorno à sociedade.

Ainda sobre a função social e política da universidade, o protocolo 9 discorre: “Emancipação, porque tem o papel social de produzir e socializar o saber sistematizado e a cultura, em articulação com a sociedade, devemos ser ponto de apoio na luta pela transformação social, elevando a consciência acerca da realidade nos processos de ensino, pesquisa e extensão.” (P9 - Professora)

A professora descreve a emancipação do ser como a parte mais importante da Universidade, isso porque o direito à educação é a concepção do conhecimento necessário para a pessoa humana e para o exercício de outros direitos, como a mobilidade social por exemplo. A formação é um meio civilizatório e assiste a superação das formas de opressão:

Assim, seja por razões políticas, seja por razões ligadas ao indivíduo, a educação era vista como um canal de acesso aos bens sociais e à luta política e, como tal, um caminho também de emancipação do indivíduo diante da ignorância. (Cury, 2002, p.245)

As palavras evocadas presentes na periferia reforçam o conteúdo do núcleo central e substanciam a representação de que a Universidade adquire uma função social. A periferia nos mostra palavras que corroboram com este pensamento, tais como “crescimento”, “aprendizagem”, “compromisso” e “diversidade”, pois estão ligadas as palavras já evocadas no núcleo central. Todas estas palavras abrangem diversos elementos, que vão desde aspectos políticos até produção de conhecimento, mas todos têm em comum os elementos formativos da Universidade, ou seja, estas palavras embora sejam diferentes têm uma finalidade única: retornar para a sociedade o conhecimento produzido no ambiente universitário.

Os protocolos 11 e 15 elegeram a palavra “compromisso” como a mais importante dentre as palavras evocadas, daí:

“Compromisso. O compromisso social deve orientar os processos de produção e de socialização do conhecimento que caracterizam a universidade.” (P11 - Professora)

“Compromisso com o trabalho de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos para atender as demandas da sociedade.” (P15 - Professora)

A palavra “compromisso” que constitui a justificativa dos sujeitos acima não está ali simplesmente lançada, sem nenhum pensamento ou análise sobre. O compromisso refere-se não apenas ao compromisso do professor, mas também com a sociedade. Segundo Freire (1981), “o compromisso seria uma palavra oca, uma abstração, se não envolvesse a decisão lúcida e profunda de quem o assume. Se não se desse no plano do concreto”. Quando os professores afirmam que o compromisso é a essência da Universidade, eles estão cientes de sua existência no mundo, porque comprometer-se com algo é ser capaz de agir e refletir. Os professores entendem-se como sujeitos ativos de mudanças e transformações, e neste caso entendem a Universidade como ambiente fecundo para estas mudanças.

A justificativa da professora 15 trata de outra palavra presente na periferia: “extensão”, isso porque, como visto no núcleo central, os professores ancoram-se nos processos formativos (ensino, pesquisa, extensão).

Crescimento, aprendizagem, diversidade e ciência foram outras palavras que surgiram na periferia, evidenciando assim que o núcleo periférico da representação de Universidade reforça o que foi visto no núcleo central e, portanto, ancora-se nos processos formativos da Universidade, apresentando elementos consensuais e compartilhados por professores, ainda que estes sejam sujeitos diferentes, de idades e gênero diferentes, que partem de realidades diferentes, mas compartilham a experiência de ser professor universitário, pois cada comportamento ou decisão é, portanto, um reflexo do agrupamento de sentidos e significados que o indivíduo e o grupo atribuem à sua experiência e ao mundo ao seu redor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria das Representações Sociais funcionou como um guia teórico de análise das respostas dos docentes ao questionário aplicado online. Ela nos conferiu um alto potencial interpretativo ao objeto de estudo, a Universidade. Dessa maneira, podemos elucidar os sistemas de significação que são gerados e compartilhados por um grupo, no caso deste estudo, os docentes.

Os resultados deste estudo validaram que, embora o baixo número de participantes tenha tido consequências diretas nos resultados desta pesquisa e tenha sido inferior ao que esperávamos, foi possível identificar elementos consensuais e compartilhados entre os professores do Centro de Educação acerca das representações sociais da Universidade. O estudo mostrou que essas representações estão totalmente ligadas à função social que a instituição desempenha, além disso demonstrou também que o núcleo central discute sobre os elementos formativos ou sobre a função social da universidade e que abrange sobretudo elementos de dimensões políticas.

Analisamos ainda que há sim uma certa dispersão entre as palavras evocadas, mas entendemos que a pouca participação de professores na pesquisa, o cenário político que vivemos e até mesmo o contexto de pandemia, à época traz incertezas sobre a Universidade e o que ela representa. Ainda assim, as palavras dispersas afirmaram o núcleo central das representações de Universidade.

Notamos que é recorrente nas falas dos professores o retorno do que é produzido na Universidade para a sociedade, seja através dos processos formativos (ensino, pesquisa e extensão) ou através de dimensões políticas, pois é perceptível em suas falas a natureza política da Universidade, uma vez que o sentido desta é sua função social.

Salientamos que a representação social de Universidade é um campo ainda em estruturação, que expressa sentimentos intrínsecos dos sujeitos, bem como incertezas, divergências e inquietudes. Reforçamos também a necessidade de estudos com a participação de mais indivíduos e mais densos e aprofundados sobre Universidade para concluir aspectos das representações sociais que nos pareceu pouco referido, pois a atual conjuntura dificultou a coleta de dados, conseqüentemente dificultando a pesquisa. Sugerimos que seja feita uma nova coleta de dados com sujeitos de outros centros de educação.

Por fim, convém destacar que este estudo pode contribuir para análise do espaço universitário e de seu papel social, nos dando margem para enxergá-lo de outra maneira, no caso deste estudo, através dos docentes. Concluímos que as representações sociais são solo prolífero e nos proporciona averiguar a compreensão de um grupo relativo à sua realidade, em dado momento, introduzidos num contexto social específico.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina. (Orgs). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 ago 2020.

BÚ, Eduardo do; COUTINHO, Maria do Pilar. A Técnica de Associação Livre de Palavras Sobre o Prisma do Software *tri-deux-mots (version 5.2)*. **Revista Campo do Saber**, v. 3, n. 1, jun. 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/72-257-1-PB.pdf Acesso em: 10 ago de 2020.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002200010. Acesso em: 10 ago 2020.

JODELET, Denise. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sílvia. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho Antônio; JOVCHELOVITCH, Sílvia (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

MACHADO, Luís Barbosa.; ANICETO, Ricardo de Andrade. Núcleo central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. 2010, vol.18, n.67, pp.345-

363. ISSN 0104-4036. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362010000200009>> Acesso em: 10 ago 2020

MOITA, Francisca Maria Gomes Silva Coelho; ANDRADE, Felipe Costa Barbosa de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 41, ago. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>>. Acesso em: 10 ago de 2020.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigação em psicologia social. Petrópolis, RJ. Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Flávio; WERBA, Gisela. Representações sociais. In: STREY, Marlene Neves, et al. **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. Petrópolis: Vozes, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**, Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1981.

SÁ, Celso Pereira. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis/RJ. Vozes, 2002.

SÁ, Celso Pereira. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane P. (Orgs). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995

SILVA, Maria das Graças. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? In: Reunião anual da ANPEd, 23., Caxambu, 2000. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2000. Disponível em: <<http://www2.uerj.br/~anped11>>. Acesso em: 10 ago 2020.

ZABALZA, Miguel Ángel. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.